

Saberes locais e Diversidade no Ensino Superior: Estudantes na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

José James Torres da Silva ¹
Kênia Gonçalves Costa ²

RESUMO

O presente estudo pretende-se debruçar nos arranjos produzidos neste percurso do ensino superior dos saberes locais e a diversidade no escopo do acesso e permanência dos/as Alunos/as Indígenas Apinajé na UFNT, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde em Tocantinópolis (TO). No extremo norte do Estado do Tocantins, o Povo Indígena Apinajé sofreu e ainda passa por diversos impactos ambientais, territoriais, culturais e sociais, com a presença povo Apinajé na Universidade, acredita-se em impactos positivos. O trabalho se desenvolveu a partir da perspectiva qualitativa de análise, debruçando-se sobre as referências de estudos realizados anteriormente por outros pesquisadores e pertinentes a temática em tela. Observou-se a violência presente no território universitário na imposição de uma matriz de perspectiva eurocêntrica, fragmentando a paisagem e rituais cosmológicos. Como estratégia de enfrentamento e posicionamento, os sujeitos pertencentes ao grupo étnico, têm adentrado o espaço universitário, que até outrora, lhe era negado fazer parte.

Palavras-chaves: Saberes locais, Ensino Superior, Apinajé.

ABSTRACT

The present study intends to focus on the arrangements produced in this path of higher education of local knowledge and the diversity in the scope of access and permanence of Apinajé Indigenous Students at UFNT, at the Center for Education, Humanities and Health in Tocantinópolis (TO). In the extreme north of the State of Tocantins, the Apinajé Indigenous People have suffered and are still experiencing various environmental, territorial, cultural and social impacts, with the presence of the Apinajé people at the University, it is believed that there will be positive impacts. The work was developed from a qualitative perspective of analysis, focusing on references from studies previously carried out by other researchers and relevant to the topic at hand. The violence present in the university territory was observed in the imposition of a matrix of Eurocentric perspective, fragmenting the landscape and cosmological rituals. As a coping and positioning strategy, subjects belonging to the ethnic group have entered the university space, which, until previously, they were denied participation in.

Keywords: Local knowledge, Higher Education, Apinajé

INTRODUÇÃO

No Brasil, a mobilização de parte da sociedade reivindicando a entrada e permanência dos indígenas no sistema de ensino, sobretudo, em nível superior, contemplando os anseios das populações originárias e tradicionais, contribuiu desse modo, para a elaboração de políticas públicas e outras ações que visam atender a demanda dessas pessoas, que foram resistentes a

¹ Mestrando do Curso de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal Norte do Tocantins- UFNT, jjamestorres@uft.edu.br;

² Professora orientadora: Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, professora do Curso do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, e do Curso Licenciatura em Geografia da Universidade Federal Norte do Tocantins – TO, keniacost@uft.edu.br

exclusão do processo educacional colonial. A partir da implementação das ações afirmativas e das políticas de inclusão, que contribuem significativamente com o acesso e permanência de tais povos no âmbito das Instituições de Ensino Superior, sobretudo com a aplicação da Lei 12.711/2012³, os indígenas passaram a ocupar seu espaço no ensino superior em todos os espaços universitários, possibilitando visibilizar suas demandas.

O presente estudo pretende-se trilhar nos arranjos produzidos do percurso do ensino superior dos saberes locais e a diversidade no escopo do acesso e permanência dos/as Alunos/as Indígenas Apinajé na Universidade Federal Norte do Tocantins - UFNT, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde em Tocantinópolis (TO).

Tendo como objetivo analisar o processo de acesso e permanência desses sujeitos na universidade, observando os dados quantitativos de alunos ingressos, vinculados, egressos, evadidos/desvinculados, e questões de natureza qualitativa que influenciam na jornada acadêmica.

Por isso, a trilha para entender a relação que os/as estudantes indígenas estabelecem com a universidade está alicerçada na análise das trajetórias que o/a aluno/a indígena constrói na educação superior, delineando as dificuldades, deslocamentos, adaptações, políticas sociais afirmativas e práticas interculturais, destacando-se as trajetórias socioespaciais construídas da aldeia a cidade, especificamente para universidade, permeadas através dos contatos interétnicos e espacialidade no território universitário. Um outro elemento, a proximidade geográfica da Reserva Indígena Apinajé e a Universidade Federal Norte do Tocantins, também reforça a necessidade de incorporar no currículo universitário múltiplas epistemologias.

A proposta metodológica utilizada para este trabalho é a revisão bibliográfica e a observação participante, usando referências do povo Apinajé e outras que versam sobre a temática. A partir da reflexão alcançada, observa-se que, além das políticas existentes, carece explorar com mais rigor, outras epistemologias e atividades que valorizem e reconheçam os saberes dos povos originários e tradicionais, para mantê-los firmes dentro da universidade.

A Universidade Federal do Tocantins, inicia suas atividades em 2003, com sete unidades distribuídos no Estado do Tocantins, nas cidades de Arraias, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Palmas, Araguaína e Tocantinópolis marcando presença em todas as regiões do Estado do

³ [A Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012](https://diplomatie.org.br/o-acesso-dos-povos-indigenas-ao-ensino-superior/), conhecida como Lei de Cotas, deve ser entendida como conquista dos movimentos populares, com o destaque ao protagonismo do movimento negro e do movimento indígena, grupos mantidos historicamente à margem dos territórios universitários. A efetivação da política de cotas tem colocado em xeque o sistemático racismo nas instituições de ensino superior, à medida que a cada ano as salas de aulas, corredores e outros espaços universitários expressam a presença da juventude negra e, ainda que em menor quantidade, a indígena, trazem em suas mochilas uma bagagem repleta de saberes milenarmente construídos. Fonte: <https://diplomatie.org.br/o-acesso-dos-povos-indigenas-ao-ensino-superior/>. Acesso 05/03/2022.



Tocantins. Sendo um marco relevante para o acesso ao ensino superior dos estudantes Apinajé a chegada da UFT, em Tocantinópolis (TO).

No final do governo da Presidenta Dilma Roussef ocorreu a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no dia 9 de maio de 2016, desmembra-se da UFT. Sendo sancionada a Lei nº 13.856 de 8 de julho de 2019 (BRASIL, 2019), constituindo a Universidade Federal Norte do Tocantins, que visa uma construção de saberes em consonância com os espaços do centro norte tocantinense e seu entorno.

A UFNT passou ser organizada em 04 (quatro) em centros: CCA (Centro de Ciências Agrárias); CCI (Centro de Ciências Integradas) e CCS (Centro de Ciências em Saúde) em Araguaína e o Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) em Tocantinópolis, com previsão de novos centros nos municípios de Guaraí e Xambioá.

Com isso, caminha-se na perspectiva de construir espaços educacionais que acolham outros vieses epistemológicos, diverso do colonial, possibilitando desse modo, a presença e acolhimento dos sujeitos possuidores de saberes e culturas que contrapõe o modelo hegemônico de sociedade.

METODOLOGIA

A proposta metodológica utilizada para este trabalho é a revisão bibliográfica, usando referências que discorrem sobre os saberes do povo Apinajé e a temática estabelecida, sendo realizado levantamento de dados a partir de pesquisa documental institucional e pesquisa bibliográfica, utilizando artigos, revistas e livros digitais e impresso, documentos disponíveis no site da UFT/UFNT, apoiando-se em referências que discutem acerca da temática proposta de acesso e permanência de indígenas no ensino superior.

De acordo, Lima e Mioto(2007), a pesquisa bibliográfica não é apenas a revisão do material já produzido sobre a temática selecionada, precisa seguir procedimentos na busca de encontrar resposta ao objeto estudado. Assim, de acordo com os autores “Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

A pesquisa também será orientada por Brandão (1981; 2006), que discute a pesquisa participante na perspectiva de um trabalho para a construção do conhecimento, “Toda a ciência social de um modo ou de outro deveria servir a política emancipatória e deveria participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e de fraternidade humana”. (BRANDÃO, 2006, p. 04).



O autor ressalta sobre as manifestações, que acontecem ao mesmo tempo da participação, [...] “visualizam participação e ações educativas como momentos de um mesmo processo” (BRANDÃO, 1981, p. 14). A pesquisa participante proporciona ao pesquisador um contato direto com o campo de pesquisa e com os interlocutores, ou seja, ressignifica novos olhares e dinâmicas de perspectivas.

A partir do contato com o campo de pesquisa, o território universitário ocupado pelo povo Indígena Apinajé, no Centro de Educação, Saúde e Humanidades, da UFNT, em Tocantinópolis. Inicialmente através da participação na IV edição da Jornada Universitária pela Reforma Agrária-JURA, na UFNT, em Tocantinópolis, evento realizado pelo Curso de Licenciatura em Educação Campo, com habilitação em artes e música.

Desse evento, destaca-se a presença e participação dos/as estudantes indígenas nas apresentações e atividades realizadas, ocupando o território universitário com os saberes ancestrais do povo Apinajé, através de cantorias, danças, pinturas, artesanatos e outros instrumentos confeccionados pelos/as mestres.

No decorrer, da pesquisa, a interação com os/as estudantes e os/as mestres/as da etnia Apinajé, passou a ocorrer com mais frequência, a partir da participação nas atividades e encontros do Projeto de extensão denominado de “Escolas Vivas Apinajé de Artes” coordenado pela professora Doutora Aia Oro Iara, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFNT e o professor Mestre Cassiano Sotero Apinajé, diretor da Escola Estadual Indígena Mãtyk. O projeto visa fomentar o fortalecimento de pedagogias que valorizem os saberes ancestrais, através do compartilhamento de ensinamentos dos/as mestres/as do povo Apinajé.

REFERENCIAL TEÓRICO

O território Apinajé está situado geograficamente norte do estado do Tocantins, leste da Amazônia Legal brasileira, nas fronteiras territoriais dos municípios: Tocantinópolis-TO, São Bento do Tocantins-TO, Maurilândia-TO, Cachoeirinha –TO, fazendo limite com os municípios de Luzinópolis-TO e Itaguatins-TO. A Terra Indígena Apinajé tem atualmente 141.904 hectares, com a situação jurídica regularizada, nas seguintes coordenadas de localização: 6°7'0.102" S 47°37'16.307" O, e incide sobre quatro municípios do Estado do Tocantins: ocupa 59% da área de Tocantinópolis, 70% de Maurilândia, 41% de Cachoeirinha e 18% de São Bento do Tocantins, a área dos municípios que sobrepõe o território indígena é de uso exclusivo do povo Apinajé.

Figura 01. Território Apinajé: localização da Terra Indígena e seus limites territoriais.





Apinajé” (2017), dissertação de mestrado “Mẽ Ixpapxà mẽ ixàhpumunh mẽ ixujahkrexà: Território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar panhĩ” do Júlio Kamêr Ribeiro Apinajé (2019).

O etnólogo Curt Nimuendajú, importante pesquisador da cultura Apinajé, esteve no território a partir da década de 1920 cinco vezes, quando na ocasião visitou as quatro aldeias existentes: Cocal, Mariazinha, Bacaba e Gato Preto. O autor afirma que apesar da etnia não citar a presença de os povos no local anteriormente,

“Todos os apinayé, porém, são unânimes em afirmar que, que em determinado lugar, a Noroeste da aldeia de Gato Prêto, encontram-se muitos fragmentos de louça, alguns com ornamentos plásticos, à superfície da terra, prova de que, pelo menos de passagem, êste lugar foi povoado por índios de outra cultura.” (Nimuendajú, 1956, pág. 1)

Para aprofundar esse percurso de análise, foi preciso seguir estudos do universo da arqueologia, que possibilita trilhar uma perspectiva da história indígena de longa duração usando da historiografia, para destrinchar suas raízes.

Na dissertação de mestrado, “Escola, meio ambiente e conhecimentos: formas de ensinar e aprender na teoria e na prática entre os Apinajé” do pesquisador Cassiano Sotero Apinajé (2017), o mesmo coloca acerca do modo da relação dessa etnia com o meio ambiente, como as trajetórias no território e as formas de contato são construídas.

[...] é andando, caçando e pescando pelo território que se aprende a conhecer o meio ambiente e também praticando algo acerca do mundo indígena. Foi assim que os Apinajé se adaptaram ao meio ambiente, por fatores sociais e culturais, que permitiram desde então o conhecimento sobre o seu território. (Cassiano Apinajé, 2017, p.63).

O autor situa a relação com as plantas e os animais focadas na cultura, onde a criação de animais de estimação é rotineira, como gatos e cachorro. O cultivo de hortas nos quintais faz parte da cultura dessa etnia, pois são práticas cotidianas de cuidado, no qual é atividade exclusiva das mulheres. As matas e cabeceiras das aldeias são locais específicos para a caça, onde complementa a alimentação através dos animais silvestres.

As escolas localizadas no interior da Terra Indígena também são espaços que devem ser utilizados para cultivar as experiências culturais do povo Apinajé, como bem coloca Cassiano Apinajé e Giralдин (2018), atualmente as tradições orais não são suficientes para preservar os saberes históricos e culturais, que são produzidos e passados pelos/as mestres para os/as jovens, fortalecendo o modo de vida desse povo.

A dissertação de mestrado “Mẽ Ixpapxà mẽ ixàhpumunh mẽ ixujahkrexà: Território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar panhĩ” de Júlio Kamêr Ribeiro

Apinajé (2019), traz dados acerca dos processos educacionais de luta e resistência pelo território. O autor parte da perspectiva da desconstrução sistemática e hierárquica da imposição do estado no modo de organizar a educação, no qual se efetive o anseio cosmológico da etnia Apinajé, a partir da interculturalidade e do viés decolonial. Nessa perspectiva o autor cita que entre os Panhĩ⁴ ocorre à preservação dos conhecimentos tradicionais e organização social, mesmo com as mudanças notadas ao longo dos contatos interétnicos. No contexto atual são praticados os seguintes rituais:

Atualmente, entretanto, apenas algumas partes de nossa cultura são praticadas como gôhtàx ho mẽ ôkrepôx (cantoria de maracá), mẽ àmnênh (ritual de ordem³), Pàrkapê (ritual de tora grande para finalização de luto) e, poucas vezes, o Ôhô (ritual de corrida entre dois grupos que disputam na rua radial da aldeia) e cerimônia de casamento. (APINAJÉ, 2019, p.32).

Os rituais citados podem ser presenciados em dias festivos, como casamentos, batizados, pátio da aldeia, escola e reuniões. Sobre a sociedade Apinajé, ele situa a história de origem:

A sociedade Apinajé se compreende através desta história de origem. Compreendemos que fomos criados por esses dois demiurgos, Myyti e Mytwrýre. Porém, não os consideramos como entidades superiores, como o DEUS cristão, por terem nos criado. Apenas acreditamos que eles nos criaram a partir das cabaças. Em síntese, a história de Myyti e Mytwrýre (dois seres compreendidos como seres supremos) é a de que vieram a terra e decidiram então fazer uma grande roça. Foi quando criaram as pessoas. Myyti (Sol) chama Mytwrýre (Lua) de Pahkràmre e Mytwrýre chama Myyti de Kràmgêt. Dessa forma, surgiu também toda a estrutura de organização panhĩ em relação às metades Kooti (filhos do sol) e Koore (filhos da lua). A organização panhĩ é baseada no Sol e da Lua. (APINAJÉ, 2019, p.48).

Essa narrativa é perpetuada nos dias atuais, principalmente pelos anciãos que detêm os conhecimentos e saberes tradicionais, situação que as pessoas se reúnem no pátio da aldeia para ouvir histórias, contos e cânticos.

Conforme alerta Paladino (2013), a educação superior indígena não fazia parte das pautas das agendas governamentais até o final da década de 90:

Embora houvesse indígenas graduados – muitos deles lideranças destacadas no movimento indígena –, não havia uma reflexão sobre as possibilidades de a formação superior contribuir na aquisição de ferramentas para uma atuação mais efetiva dos próprios indígenas em projetos e ações de interesse para as suas comunidades. Por outro lado, ainda era pouco problematizada a desigualdade educativa no acesso dessa população à educação superior, sendo que parecia mais urgente resolver os baixos índices de acesso à educação básica. (PALADINO, 2012, p.99).

A pauta de reivindicação do acesso à educação superior é uma demanda recente, por situar discussões no final dos anos 90 e início dos anos 2000, movimentando lideranças de várias etnias, com reuniões, eventos e movimentos sociais.

⁴ como os Apinajé autodenominam.

Com a presença de indígena no ensino superior, consequentemente esses sujeitos, formados e empoderados, passam a ocupar os espaços institucionais de representação no Estado e no meio acadêmico que até outrora, lhes eram negados.

No governo atual foi criado o Ministério dos Povos Indígenas⁵ constituindo-se uma das vias de luta do movimento indígena. A nova configuração do ministério é representada pela deputada federal pelo estado de São Paulo Sônia Guajajara, do povo Araribóia do Estado do Maranhão, com a trajetória de vida marcada por inserção na política através da militância indígena, sendo uma das mulheres em destaque na atualidade.

Na mesma direção, no Estado do Tocantins a estrutura organizacional passou a ter a Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais, comandada por Narubia Silva Werreria Karajá, pertencente ao povo Iny, sendo a primeira indígena a chefiar uma Secretaria de Estado no Tocantins.

Para trilhar no ensino superior, na realidade indígena algumas barreiras precisam ser rompidas, como observa Costa (2015), quando menciona a questão linguística se torna um dos empecilhos de permanência dos alunos indígenas Apinajé na educação superior: “No entanto, no ato de avaliar a redação, é desconsiderado o fator cultura, haja vista que não é levado em consideração que são povos de formas de vida e possuem uma língua materna distinta.” (COSTA, 2015, p. 57).

Na educação Apinajé, de acordo (Alberquerque, 2011) as crianças são alfabetizadas até o 3º ano na língua materna Apinajé, e só a partir do 4º ano que aprendem a língua portuguesa. Diante disso, o domínio da norma culta da Língua Portuguesa exigida nos trabalhos do meio acadêmico, torna-se um obstáculo a mais a ser superado pelos/as estudantes indígenas.

Uma das pautas do movimento indígena brasileiro é a luta de acesso e permanência à universidade, pois a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que é fruto das lutas estabelecidas nas últimas décadas pelos movimentos indígenas e negro, as conquistas no âmbito da UFT/UFNT foram as políticas estabelecidas, dando destaque para Programa Bolsa Permanência (PBP-MEC⁶) (BRASIL, 2013) e o Programa de Política de Cotas resolução 3A/2004⁷ (UFT, 2004):

⁵ Tomou posse no dia 11 de janeiro a ministra do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas (MPI), [Sônia Guajajara](#). Esse acontecimento marca uma nova fase do governo que, durante a campanha, havia prometido a criação de um ministério que dialogasse diretamente com os povos originários. Fonte: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-novo-ministerio-dos-povos-indigenas>. Acesso: 04/03/2023.

⁶ <http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>

⁷ Alterada pelo Consepe 10/2011.

Art. 1º - Aprovar a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

§ 1º - Serão oferecidos aos estudantes indígenas 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos e campi da UFT.

§ 2º - Terão direito a usufruírem do sistema de cotas os estudantes indígenas que apresentarem a documentação exigida no edital do processo seletivo da UFT. (Redação dada pela Resolução nº10/2011 do Consepe).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Só a partir do ano de 2005, que a UFT, disponibilizou cotas nos processos seletivos, com 5% das vagas em cada curso. Partindo da premissa que o território Apinajé, possui proximidade física com a cidade de Tocantinópolis (TO), onde está situado a Universidade Federal Norte do Tocantins, Campus de Tocantinópolis (TO), na região do Bico do Papagaio⁸, nas proximidades da Terra Indígena Apinajé, direciono essa pesquisa elucidando o Programa Bolsa Permanência (PBP-MEC), criado no ano de 2013 através da Portaria 389:

I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;

II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;

III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico. (Brasil, 2013, art. 3º). (BRASIL, 2013, art. 1º).

Os/As alunos/as indígenas Apinajé constroem trajetórias socioespaciais da aldeia a cidade, especificamente para universidade, permeadas através dos contatos interétnicos e espacialidade no território universitário. Analisarei as trajetórias que o/a aluno/a indígena constrói na educação superior, delineando as dificuldades, deslocamentos, adaptações, políticas sociais afirmativas e práticas interculturais.

Seguindo a perspectiva das políticas sociais de cotas e programas de permanência na universidade, situo a problemática dessa pesquisa, com a seguinte pergunta norteadora: Como se dá o acesso e permanência dos/as estudantes indígenas Apinajé na UFT/UFNT de Tocantinópolis? Como por meio da bibliografia existentes identifica-se elementos deste processo de entrada e permanência na UFT/UFNT de Tocantinópolis, no recorte temporal do ano de 2005 ao ano de 2022.

A análise teórica dessa pesquisa está versada na análise territorial, situada em Saquet (2007; 2009), por abordar as discussões sobre territorialidade, espacialidades e trajetórias, pois, são nítidas as temporalidades, mudanças sociais e culturais que se constitui o território Apinajé, como a territorialização no processo demarcatório territorial e conflitos ao longo dos contatos

⁸ o Bico do Papagaio está localizado no extremo norte do Estado do Tocantins, corresponde a uma área composta por 25 municípios, tendo a composição dos limites geográficos parecido com o formato do bico do papagaio.



interêmicos, marcados por invasões. [...] a produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidade [...] (SAQUET, 2007, p.56).

Na abordagem do contexto histórico social e cultural do povo Indígena Apinajé, corrobora-se com o entendimento dos pesquisadores (GIRALDI; CASSIANO APINAJÉ, 2019) quando afirmam que as reflexões etnográficas permitem perceber a existência de uma perspectiva histórica do povo Apinajé, em outra ótica da estabelecida pela cultura ocidental. Uma perspectiva histórica contada por eles próprios, trilhando um percurso a partir de seus códigos e crenças mitológicas compartilhada de seus ancestrais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No cenário nacional, a presença de indígenas no ensino superior tem sido notada, de acordo com o Censo da Educação Superior, o número de universitários que se autodeclararam indígenas aumentou de cerca de 7 mil em 2010 para 57.706 em 2018, passando para cerca de 72.000 indígenas no ensino superior em 2019, quando foi registrado o maior de indígenas no ensino superior no levantamento realizado.

Tabela 1 - Estudantes indígenas, situação do vínculo UFNT-Tocantinópolis, 2005-2023

Curso	Educação do Campo	Educação Física	Ciências Sociais	Pedagogia	Direito	Total
Ingresso etnia apinajé	42	4	11	12		69
Ingresso outras etnias	2	8		6	3	19
Evasão/Desvinculado etnia apinajé	7		8	4		19
Evasão/Desvinculado outras etnias		1		3		4
Egressos etnias apinajé	1			3		4
Egressos outras etnias		2				2
Vinculado/matriculado etnia apinajé	34	4	3	5		46
Vinculado/matriculado outras etnias	2	5		3	3	13

Fonte: Secretaria acadêmica, UFNT-Tocantinópolis (2023)

No contexto, da UFNT, em Tocantinópolis, no período teve o ingresso de 88 (oitenta e oito) indígenas até primeiro semestre de 2023, desses 69(sessenta e nove) são do povo Apinajé. No momento estão vinculados 59(cinquenta e nove) estudante indígenas, sendo 46(quarenta e seis) Apinajé e 13(trezes) de outras etnias.

Um ponto que merece destaque é quanto ao vínculo dos/as estudantes indígenas com o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em artes e música, que segue uma proposta pedagógica com princípios freireano, com a Pedagogia da Alternância, em que os/as estudantes tem o tempo universidade e o tempo comunidade, oportunizando

aprendizagens específicas para os/as estudantes indígenas. No curso, observa-se que têm 34(trinta e quatro) estudantes com a matrícula com o status de ativa.

Por outro lado, cabe mencionar dois alertas, primeiro em relação ao quantitativo elevado de desistente/desvinculado somando 23(vinte e três), sendo 19(dezenove) Apinajé. O segundo ponto, nota-se que poucos estudantes indígenas têm conseguido concluir o ensino superior diante das adversidades epistêmicas postas no espaço universitário, tendo 4(quatro) da etnia Apinajé e 2(dois) de outras etnias, com o status de egresso até o momento, merecendo um estudo mais detalhado posteriormente.

O acréscimo é reflexo das políticas de cotas, incorporadas pelos sistemas de ensino, na esteira da Lei nº 12.711/2012 que reconhece a valorização identitária dos povos originários e tradicionais.

Nesse contexto, cabe destacar a presença do povo Apinajé no ensino superior, no Centro de Educação, Humanidades e Saúde, da UFNT, Tocantinópolis-TO, que oferta quatro cursos de licenciatura: Pedagogia, Educação Física, Ciências Sociais e Educação do Campo, com habilitação em Artes e Música; e o curso bacharelado de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas dos povos indígenas para acessar o ensino superior, foram sendo incorporadas com ampliação de oferta de vagas criadas no cenário nacional, sobretudo em função das políticas de ações afirmativas adotadas pelo governo federal. Tendo ganhado destaque, a partir da implementação da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) e demais políticas adotadas dentro das instituições de ensino superior.

Para que a permanência seja efetivada, é preciso inserir no currículo universitário práticas que respeitem a identidade e a cultura dos povos indígenas. Considerando a universidade como um espaço para repensar as fronteiras, conhecer os rituais, valores e saberes dos povos originários na perspectiva destes, notando dessa forma, outras dinâmicas de regras sociais que podem ser compartilhadas como espaços de aprendizagens.

O processo de sair da aldeia custa um preço caro para o indígena na esfera cultural, socioespacial, linguística, ambiental e econômica. Por isso, faz-se necessário que o espaço universitário aprecie e adote, uma proposta pedagógica e um currículo a partir de epistemologias que respeitem a identidade e a cultura dos povos indígenas.

Assim, entendemos que é preciso fazer reconstruções curriculares que insere os saberes e fazeres do Povo Apinajé, e de outras etnias no currículo do ensino superior. Nesse caminho, o projeto “Projeto Escolas Vivas Apinajé de Artes e outros encontros dos saberes” tem se



XV
ENAN
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS

mostrado como uma alternativa de aprendizagens decoloniais, com o compartilhamento dos saberes dos/as mestres do povo Apinajé com os/as estudantes, professores, pesquisadores(as), e demais sujeitos do espaço universitário.

APINAJÉ, Júlio Kamêr Ribeiro. **MÊ IXPAPXÀ MÊ IXÀHPUMUNH MÊ IXUJAHKREXÀ: TERRITÓRIO, SABERES E ANCESTRALIDADE NOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR PANHÍ.** 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

APINAGÉ, Cassiano Sotero. **Escola, meio ambiente e conhecimentos: Formas de ensinar e aprender na teoria e na prática entre os Apinajé.** 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins-UFT, Palmas, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.032/2000, de 23 de outubro de 2000. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.** Diário Oficial da União, Brasília, 24 de outubro de 2000.

UFT. Lei nº. Consepe 3A/2004. 3 de Setembro de 2004. **Aprova a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da Universidade Federal do Tocantins – UFT.** Palmas, 2004.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

_____. Portaria MEC Nº 389/2013, de 9 de maio de 2013. **Cria o Programa de Bolsa Permanência.** Brasília, 2013.

_____. Lei nº 13.856 de 8 de julho de 2019. **Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho 2019.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

NIMUENDAJÚ, Curt. **OS APINAYÉ.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1983.

SAQUET, Aurélio Marcos. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007